

Perspectiva de gênero no ambiente digital

Marian Blanco-Ruiz

Como citar: BLANCO-RUIZ, M. Perspectiva de gênero no ambiente digital. *In:* JORENTE, M. J. V.; SEGUNDO, R. S.; MONTOYA, J. A. F.; MARTÍNEZ-ÁVILLA, D.; NAKANO, N. (org.) **Curadoria Digital e Gênero na Ciência da Informação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 61-78. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-142-3.p61-78>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 3

Perspectiva de gênero no ambiente digital*

Marian Blanco-Ruiz

RESUMO

O capítulo “Perspectiva de gênero no ambiente digital” busca abordar os desafios que se colocam no contexto digital e como se reproduzem estereótipos, preconceitos e discriminações. Estudos anteriores indicam que as tecnologias digitais estão perpetuando preconceitos de gênero, trabalho, classe, raça ou (des) capacidade (WAJCMAN, 2006; NOBLE, 2018) Uma das manifestações desses preconceitos é a violência simbólica por meio de imagens: como as mulheres são representadas nos bancos de imagens? Que efeitos os estereótipos têm sobre a autorrepresentação que as pessoas que usam as redes sociais fazem de si mesmas? Que implicações essa representação tem para o aprendizado de máquina? Além disso, serão analisados os diferentes tipos de violência online que ocorrem no ambiente das mídias digitais, bem como o papel desempenhado pela questão do anonimato e do roubo de identidade. Por fim, concluirá com uma proposta de incorporar a perspectiva de gênero e interseccional à pesquisa em mídia e comunicação digital.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-142-3.p61-78>

* Este capítulo foi traduzido pela Profa. Dra. Maria José Vicentini Jorente.

1 INTRODUÇÃO

A Internet é uma fonte de referência tecnológica para lazer, informação e entretenimento doméstico (CRAIG WATKINS, 2009). Neste contexto, a frase de Manuel Castells (2006) “A Internet é o tecido das nossas vidas”, que nos remete a uma rotina mediática diária na qual milhares de pessoas em todo o mundo partilham informações e experiências, interagem com seu grupo de pares por meio de redes sociais, enquanto alguns deles também são criadores de conteúdo por meio de diferentes plataformas da web, como o YouTube.

A perspectiva de gênero pode se incorporar a qualquer campo, sendo o entorno digital um dos campos recentes em que sua aplicação tem evidenciado a reprodução de estruturas patriarcais em um ambiente de “uns e zeros” que, apesar da “novidade” de sua criação, reproduz e cria desigualdades de gênero. Por definição, a Organização das Nações Unidas define a perspectiva de gênero como

[...] o processo de avaliação das consequências para mulheres e homens de qualquer atividade planejada, incluindo leis, políticas ou programas, em todos os setores e a todos os níveis. É uma estratégia que visa fazer das preocupações e experiências das mulheres, bem como dos homens, um elemento integrante na concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas e econômicas e sociais, para que as mulheres e os homens se beneficiem igualmente e se impeça a desigualdade de se perpetuar. O objetivo final é alcançar a igualdade [substantiva] entre os gêneros. (ONU MULHERES, 2021, n. p.).

Portanto, a perspectiva de gênero é essencial para entender o verdadeiro impacto que as mídias e suportes digitais têm nas mudanças sociais das últimas décadas. Além disso, não se pode ignorar que o ambiente digital - além de ser um local onde se produzem violências - pode ser um

espaço de sensibilização e criação de lugares de erradicação da violência contra a mulher. Incorporar à análise e ao conhecimento científico do ambiente digital a variável gênero, ajuda a explicar as relações de desigualdade e poder que se estabelecem entre homens, mulheres e outros gêneros.

No entanto, a perspectiva de gênero, embora fundamental, nem sempre é suficiente. Nas últimas décadas, a perspectiva interseccional foi incorporada à perspectiva de gênero (CERQUEIRA; MAGALHÃES, 2019). A interseccionalidade é uma ferramenta analítica incorporada nas ciências sociais após a quarta onda feminista (especialmente dos feminismos negros, descoloniais e culturais) que adverte que o gênero sozinho não explica como várias categorias de identidade (como gênero, gênero, etnia, classe, deficiência, orientação sexual, religião, casta, idade, nacionalidade ...) e estão inseridos nos respectivos sistemas de dominação e discriminação (CRENSHAW, 1991; NOGUEIRA, 2011; TOUPIN, 2018). Nesse sentido, Conceição Nogueira (2011) propõe a abordagem interseccional das questões de gênero, uma vez que nos permite fugir do binário clássico de gênero e de outras estruturas sociais de opressão e privilégio que não são alheias ao gênero, para analisar a realidade social fazendo utilização de uma gama de categorias sociais - como gênero - que, independentemente, não refletem o grau de complexidade social das realidades que se pretende estudar.

Como já advertia a historiadora Gerda Lerner em 1987:

[...] a falácia androcêntrica, elaborada em todas as construções mentais da civilização ocidental, não pode ser retificada adicionando simplesmente mulheres. Para corrigi-lo, é necessária uma reestruturação radical do pensamento e da análise. (LERNER, 2017, p. 329).

A perspectiva crítica dos Estudos Feministas e de Gênero recupera a hermenêutica da suspeita para apontar

que se deve desconfiar de qualquer teoria que subestime a demanda por igualdade ou reintroduza um discurso mistificador (na Espanha uma das referências desse termo é a filósofa Célia Amorós). Aplicando esse olhar crítico ao campo das mídias e suportes digitais, este capítulo abordará algumas das questões que subjazem neste entorno em face da aparente racionalidade e livre arbítrio que a Internet e os desenvolvimentos tecnológicos possuem.

2 UMA MUDANÇA TECNOLÓGICA SEM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os desenvolvimentos tecnológicos da Internet das Coisas estão perpetuando preconceitos discriminatórios de gênero? O campo multidisciplinar dos estudos feministas sobre a tecnociência tem mostrado como as questões de gênero e outras diferenças socioculturais de poder e identidade estão inseridas no conhecimento científico, bem como nas redes e práticas sociotécnicas de um mundo globalizado.

A tecnologia, como ocorre com o conhecimento científico, “[...] toma o homem e a masculinidade como norma e a mulher e a feminilidade como desvios dela” (HASLANGER, 2001, p. 123), reiterando a invisibilidade da mulher.

O *Manifiesto Cyborg* (1991) de Donna Haraway ressalta a necessidade de vincular a perspectiva feminista à ciência e à tecnologia. O ciborgue surge como um novo sujeito, “[...] o ciborgue é uma espécie de self pessoal, pós-moderno e coletivo, desmontado e remontado. É o self que as feministas devem codificar” (HARAWAY, 1991), tornando-se consciência feminista, aludia Haraway, muda completamente o mapa traçado por categorias como mulheres ou raça, desnaturando-as e evitando novos conceitos universalizantes.

A descorporização inicial da Internet e do ambiente digital foi uma ilusão potencial de ser capaz de ser qualquer coisa à

margem das construções de gênero. Para Wajcman (2006), as plataformas digitais surgidas da Web 2.0 proporcionam às mulheres novas oportunidades de mobilização política e criação de redes de troca de informações. No entanto, a tecnologia e seus usos acabaram reproduzindo os mesmos esquemas sociais. Mas as consequências das novas tecnologias vão mais longe, uma vez que as mulheres são minoria nas profissões que as mulheres do futuro estão a conceber, voltando a ocupar em sua maioria empregos principalmente relacionados com aos cuidados e assistência.

Nessa linha, Remedios Zafra alude às relações de poder patriarcal inerentemente inseridas na valorização diferencial do trabalho na cultura digital e na “ocupação” desses espaços,

Vamos pensar em “quem faz o quê na Net” e “como ele se beneficia desse trabalho”; quem são os prosumers que se alimentam digitalmente nas redes sociais (talvez deva ser dito principalmente: prosumers), e quem são os que tornam esses espaços lucrativos (YouTube, Facebook, Google ou Tuenti, para citar alguns exemplos). Vejamos que os criadores dessas ferramentas coincidem, neste caso, com um perfil único desta era tecnológica: meninos muito jovens que fizeram de seu computador - e em muitos casos sua garagem - o centro de uma empresa de tecnologia. Porém, o valor dessas empresas em cada caso não é tanto o dispositivo em si, mas sim concebê-las como “espaços” que conseguem reunir milhões de “eus”, espaços que passam a fazer parte das relações afetivas e que se transformam em usuários em produtores e em conteúdo. Sem dúvida, essas estruturas de relacionamento também nos falam sobre formas de distribuição de pessoas e espaços que não estão isentas de significado político. (ZAFRA, 2011, p. 121).

Portanto, embora a Internet tenha se tornado um meio de referência para a comunicação interpessoal, seja a economia, a educação ou o entretenimento, ela não é alheia aos componentes ideológicos e à lógica de poder.

Não há nada de natural ou inevitável nas práticas, discursos e comportamentos que aparecem na Internet. Pelo contrário, a Internet é essencialmente antinatural; ou seja, certamente não emergiu organicamente do estado de natureza. (MANTILLA, 2015, p. 189).

Judy Wajcman (2006) alerta para a profunda misoginia presente nos ambientes digitais onde páginas de pornografia e assédio sexual, além do que acontece na dark web, são a ponta do iceberg que mostra como se reproduz o status quo e a dominação masculina de o mundo offline. Um ambiente digital construído de novo por homens e para homens.

A presença de algoritmos de recomendação e a estratificação de perfis com base em sua popularidade ou em seus comportamentos é uma prática comum no meio digital que gera uma fábrica de desigualdades. A lógica do mercado inserida no meio digital (aplicativos, redes sociais, buscadores, *chatbots*...) busca atender às expectativas, convertidas em necessidades, de seus clientes -que ao mesmo tempo são o seu produto-, moldando-se assim as expectativas de seus clientes, usuários de acordo com uma série de algoritmos e métricas que estratificam socialmente uma intimidade mediada e moldada.

Uma abordagem feminista interseccional às novas tecnologias mostra os vieses discriminatórios de gênero, raça e classe na geração e uso de dados por meio das TIC, cujo expoente máximo são as redes sociais (D'IGNAZIO; KLEIN, 2020).

Um exemplo dos preconceitos sexistas e racistas presentes na nova mídia é o estudo de Safia Noble (2018) Algoritmos de opressão: como os motores de busca reforçam o racismo, que aponta como o motor de busca Google perpetua narrativas estereotipadas, sexistas e pornográficas sobre mulheres racializadas e que refletem a distribuição historicamente desigual de poder na sociedade (NOBLE, 2018, p. 71-83). A perspectiva interseccional revela preconceitos

patriarcais e racistas no design da tecnologia e como essas práticas co-constituem em formas racializadas e de gênero que implicam poder e muitas vezes mantêm discriminação e opressão sistêmica (TOUPIN, 2018).

3 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO AMBIENTE DIGITAL

A violência simbólica é uma

[...] violência abafada, insensível e invisível às próprias vítimas, que se pratica essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, da ignorância, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2000, p. 12).

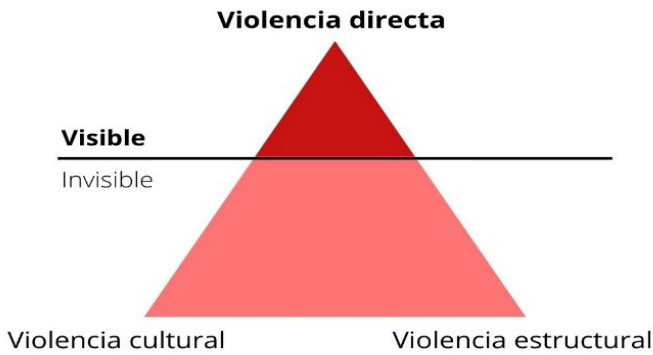
Como alude Varela (2017), a violência simbólica é estrutural, atitudes, gestos, padrões de comportamento, crenças ... sustentam e perpetuam esta dominação e, está presente em todas as outras formas de violência, garantindo que sejam eficazes:

Nem todas as suas manifestações têm o mesmo peso ou significado; algumas são efêmeras, produto de uma máquina cultural que está sempre em busca de uma nova abordagem. Juntos, no entanto, esses códigos e essas piadas, esses sussurros, essas ameaças e esses mitos têm um objetivo claro e definido: eles tentam devolver as mulheres aos seus papéis, seja de filha de pai, seja de romântica vibrante, seja de ativa procriadora, ou como um objeto passivo de amor. (VARELA, 2017, p. 194).

Para compreender a relevância da violência simbólica como suporte para a discriminação e violência, é apropriado usar o triângulo de Johan Galtung (2003), que conceitua a violência como um triângulo (Figura 1) em que a violência visível e direta (por atos violentos ou abuso) é apenas uma pequena parte do conflito. A violência estrutural é aquela relacionada ao sistema e é representada por inúmeras

situações de injustiça (por exemplo, é observada em grandes cidades com miséria em grandes cidades como Paris ou Madrid. Enquanto uns comem e bebem em abundância, outros não têm nada comer). E a violência cultural que cria uma estrutura de legitimação para a violência.

Figura 1 - Triângulo da violência de Galtung



Fonte: elaboração própria.

Portanto, a violência simbólica no meio digital faz parte dessa base que sustenta e perpetua todas as outras violências (atitudes, gestos, padrões de comportamento, crenças, discriminação, abusos...). O mito da beleza (WOLF, 1992), micromaquismos (BONINO, 2016), mitos do amor romântico (BOSCH *et al.*, 2011; BLANCO-RUIZ, 2020), linguagem sexista (BENGOECHEA, 2015), cultura do estupro (TARDÓN, 2017) ... fazem parte dessa base cultural e simbólica do iceberg da violência.

Essa violência simbólica é aprendida por meio da socialização de gênero, processo pelo qual diferentes papéis e qualidades são atribuídos a partir do sexo (WALKER; BARTON, 1983 *apud* BOSCH; FERRER-PÉREZ, 2013). Nesse processo que se baseia na teoria da natureza diferente e

complementar dos sexos¹, atribui-se ao homem o papel de provedor / protetor, que é socializado para ser independente, para ocupar e progredir na esfera pública. Enquanto isso, atribui-se às mulheres o papel de reprodutoras e cuidadoras do lar - donas e mães -, fomentando a esfera afetiva e educando-as para que sua fonte de gratificação e autoestima venha da esfera privada.

A divisão sexual do trabalho não é trivial e é transferida para o universo simbólico. A representação diferencial de homens e mulheres nos meios de comunicação da Internet (notícias, vídeos, banners, imagens, etc.) responde a estereótipos que devem ser analisados e avaliados, pois muitas vezes constituem fonte de produção e reprodução de desigualdades e discriminações. Se prestarmos atenção às mulheres que protagonizam filmes, séries ou campanhas publicitárias, perceberemos que a representação de mulheres com deficiência, idosas ou negras, por exemplo, quase não existe e, quando aparece, geralmente é muito estereotipado. O mesmo é verdade ao analisar fontes especializadas que participam de programas de *streaming* ou pessoas que produzem conteúdo em diferentes plataformas (YouTube, Instagram, Twitch, etc.).

Esses imaginários culturais tendenciosos estão claramente perpetuados no entorno digital, e podem ser verificados simplesmente fazendo o teste de inserir a palavra “mulher”, “menina”, “homem”, “menino” etc. Por exemplo, se introduzirmos a palavra “família” (imagem 2), os resultados

1 A teoria da natureza diferente e complementar dos sexos sobre a qual se baseia toda a desigualdade de gênero foi consolidada ao longo dos séculos XVIII-XIX tanto na cultura, quanto na doutrina eclesiástica e no pensamento científico. No Iluminismo, se destacam pensadores como Locke ou Rousseau e cientistas como Darwin, que, com suas obras, contribuíram ou legitimaram tais teorias pelas quais as mulheres não poderiam ser consideradas cidadãs da mesma forma que os homens, pois, por natureza, possuíam atributos diferentes que as tornavam mais próximas da natureza. Portanto, os varões tinham nascido para governar e tomar decisões, e as mulheres, por outro lado, para procriar e cuidar da família.

estabelecer relações com amigos, mas também para estabelecer relações emocionais e / ou sexuais. No entanto, esses espaços virtuais não são neutros (MANTILLA, 2015; CARRERA, 2016), mas sim, sob o véu da horizontalidade e da igualdade de oportunidades no acesso à Internet, se dão violências específicas que continuam a reproduzir situações de desigualdade e sujeição de agressores às suas vítimas.

A violência de gênero é definida como qualquer ato de violência contra as mulheres simplesmente porque é. Esta violência pode resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento para a mulher, bem como ameaças de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer ocorram na vida pública ou na vida privada. Essa violência se transfere para o meio digital, onde continuam a ter um caráter estrutural e constituem uma violação dos direitos humanos de mais da metade da população (também no meio digital).

Algumas dessas formas de violência digital são as seguintes:

a) *Sexting*, refere-se ao envio de mensagens sexuais (eróticas ou pornográficas) por meio de celulares ou computadores.

b) *Grooming* ou *cyberbullying* sexual, refere-se ao conjunto de estratégias que um adulto desenvolve para ganhar a confiança do menor por meio da Internet com o objetivo final de obter concessões de natureza sexual.

c) *Cyberbullying*, anglicismo utilizado para se referir ao assédio e à violência digital sofrido por um menor que, por diversos motivos, é abusado física e / ou psicologicamente por outros menores por meio de atitudes como repressão, discriminação, homofobia, violência sexual ou punição corporal. Este tipo de violência está intimamente ligado ao *bullying* e à violência de gênero, e tem efeitos negativos na saúde

física, no bem-estar emocional e no desempenho acadêmico, principalmente se a violência se repetir com o tempo ou for severa. clima do centro educacional.

d) *Stalking*, palavra anglo-saxônica que significa perseguição e que descreve uma condição psicológica conhecida como síndrome do bullying urgente. O acometido, que pode ser homem ou mulher, persegue obsessivamente a vítima: o espião, segue-a na rua, liga para ela constantemente, manda presentes, manda cartas e sms, escreve seu nome em lugares públicos e, em casos extremos, ele a ameaça e comete atos violentos contra ela.

e) *Pornovenganza* o *porn revenge*, refere-se à utilização de fotografias ou vídeos de natureza sexual tirados em espaço privado e íntimo para publicá-los ou viralizá-los sem o consentimento do protagonista através de redes sociais ou sites. Isso é crime mesmo que haja acordo entre as partes envolvidas para a criação dessas imagens ou vídeos.

Essas são algumas das problemáticas que estão em aumento na sociedade, e em muitas deles o componente de gênero é muito marcado (BLANCO-RUIZ, 2014; DE MIGUEL LUKEN, 2015; NARDI-RODRÍGUEZ *et al.*, 2017; DONOSO-VÁZQUEZ; RUBIO HURTADO; VILÀ BAÑOS, 2018; LINARES BAHILLO; ROYO PRIETO; SILVESTRE CABRERA, 2019, entre outros).

Estes novos crimes praticados nas redes sociais muitas vezes passam “despercebidos” entre os mais jovens que consideram esse tipo de assédio irrelevante ou inócua típico do uso da Internet. Essa violência cibernética de gênero passa a ser um elemento presente 24 horas por dia no celular ou no computador tela. Porém, o *cyberbullying* como forma de violência de gênero é cada vez mais comum, sendo uma forma de limitação da liberdade que gera dominação e relações desiguais entre homens e mulheres.

O ambiente digital tem favorecido uma romantização do controle sobre terceiros. A dupla verificação do WhatsApp é o exemplo paradigmático desse controle que de forma sutil pode estar encobrendo os primeiros estágios da violência de gênero. As fronteiras da intimidade e da privacidade foram diluídas e, sob a égide do amor, uma parte da sociedade digital renuncia à sua privacidade, aceitando comportamentos de controle cada vez mais generalizados. Por exemplo, na adolescência na Espanha, 57,9% das mulheres pesquisadas não concordam em nada que “Quando você está apaixonado por uma pessoa, deve renunciar à sua intimidade / privacidade por amor”, enquanto os homens não. Eles estão em 35,2% (BLANCO-RUIZ, 2020).

Não se deve esquecer que a Internet, como adverte Carrera (2016, p. 245), “requer uma audiência ativa não em virtude da suposta natureza democrática do meio, mas em virtude da natureza controladora do meio”, uma idiossincrasia que afeta diretamente a vida íntima.

5 PROPOSTAS FEMINISTAS PARA UMA PESQUISA NO ENTORNO DA COMUNICACIONAL DIGITAL

A incorporação do *mainstreaming* de gênero (também conhecido como *mainstreaming*) ao entorno comunicacional digital supõe uma reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de todos os processos de comunicação. No entanto, não basta incorporar as mulheres aos processos de produção ou disseminação de mensagens. A incorporação da perspectiva de gênero vai além da incorporação da variável sexo na metodologia, “não se trata mais apenas do acesso das mulheres à pesquisa, mas também de reformar a própria ciência” (SAN SEGUNDO, 2017, p. 1), neste caso, o ambiente de comunicação digital.

Uma medida para melhorar e desenvolver de forma mais eficiente e justa a aplicação da perspectiva de gênero

de forma transversal é incorporar a perspectiva interseccional à perspectiva de gênero (e como o gênero converge com questões de classe social, etnia, raça, deficiência, nível educacional, etc.). Essa abordagem feminista e interseccional não deve ser aplicada exclusivamente à mensagem, mas também deve refletir sobre a posição do remetente e para quem a mensagem está sendo enviada (receptor).

A pesquisa no entorno comunicacional digital confirma a necessidade de apostar em modelos comunicativos que incorporem a perspectiva feminista e não se limitem aos modelos ocidentais (principalmente anglo-saxões e / ou europeus). Um exemplo disso é a revista *Comunicação e Gênero*, cujo compromisso com a perspectiva feminista, o campo digital e o acesso aberto, aliado a um modelo de internacionalização com foco na ciência produzida na América Latina, visa combater os vieses de gênero e colocar os vieses de proveniência dos artigos impostos à produção do conhecimento científico (FRANCO; BLANCO-RUIZ, 2021).

Por outro lado, na perspectiva da elaboração da própria mensagem, Blanco-Ruiz e Sainz de Baranda Andújar (2019) recomendam diretrizes para alcançar a elaboração de mensagens mais inclusivas e representativas da sociedade. Segundo os autores, é importante avaliar a presença de pessoas com diferentes características físicas, étnicas, socioeconômicas e de idade (idade) para representar de forma real todas as pessoas que existem na sociedade. Estas pessoas devem protagonizar papéis sem que lhes seja atribuída uma suposta personalidade associada a estereótipos de gênero para, assim, construir diversos modelos de referência que proponham atitudes, comportamentos e valores distintos das representações tradicionais. No caso particular das mulheres, nunca se deve sugerir que ocupem ofícios e profissões que podem ser incompatíveis com a feminilidade ou masculinidade, uma vez que devem ser atribuídos igualmente. Além disso, as mulheres devem

ser mostradas em posições ativas e evitar imagens que as mostrem passivamente (braços cruzados, mãos nos bolsos, etc.) ou com uma atitude de disponibilidade sexual.

O ambiente digital trouxe consigo uma proliferação de mídias e suportes cujo surgimento poderia ter levado a uma mudança no *status quo* de gênero. Embora atualmente não seja possível falar da Internet como um espaço igualitário, a própria natureza do meio permite imaginar um futuro no qual, por meio da incorporação da perspectiva de gênero e da interseccionalidade, um ambiente mais igualitário e digital possa ser construído.

REFERÊNCIAS

BENGOECHEA, Mercedes. **Lengua y género**. Madrid: Síntesis, 2015.

BLANCO-RUIZ, María Ángeles. Implicaciones del uso de las redes sociales en el aumento de la violencia de género en adolescentes. **Comunicación y medios**, [s. l.], n. 30, p. 124-141, 2014.

BLANCO-RUIZ, Marian. Relevancia del amor romántico en la adolescencia: una cuestión clave para el abordaje de la violencia de género. In: RAMOS HERNÁNDEZ, P.; FIGUEREDO BURRIEZA, A.; DEL POZO PÉREZ, M. (org.). **(Des) igualdad y violencia de género: el nudo gordiano de la sociedad globalizada**. Pamplona: Aranzadi Thomson Reuters, 2020. p.77-87.

BLANCO-RUIZ, Marian; SAINZ DE BARANDA ANDÚJAR, Clara. Comunicación con perspectiva de género. In: BLAZQUEZ AGUDO, E.; MARIA SAINZ DE BARANDA ANDUJAR, C.; NIETO ROJAS, P. (org.). **Especialista en gestión de políticas de igualdad**. Cizur Menor: Aranzadi Thomson Reuters, 2019. p. 73-91.

BONINO, Luis. **Micromachismos**: el poder masculino en la pareja "moderna". Buenos Aires: Ediciones para ELVA, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 2000.

BOSCH, Esperanza; FERRER-PÉREZ, Victoria A. **La voz de las invisibles**: Las víctimas de un mal amor que mata. Universitat de

València, 2002.

BOSCH, Esperanza; FERRER, Victoria A.; NAVARRO, Capilla; FERREIRO, Virginia. **Profundizando en el análisis del mito del amor romántico y sus relaciones con la violencia contra las mujeres en la pareja: análisis cualitativo.** Madrid: Instituto de la Mujer, 2011.

CARRERA, Pilar. **Nosotros y los medios: prolegómenos para una teoría de la comunicación.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2016.

CERQUEIRA, Carla; MAGALHÃES, Sara Isabel. An intersectional feminist perspective on research: what changes and how we do it. In: BLANCO-RUIZ, M. A.; SAINZ DE BARANDA ANDUJAR, C. **Investigación joven con perspectiva de género.** 4 ed. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid: Instituto de Estudios de Género, 2019. p.10-20.

CASTELLS, Manuel. **La galaxia Internet: reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad.** Barcelona: Plaza & Janés, 2001.

CRAIG WATKINS, Samuel. **The young & the digital: what the migration to social-networks sites, games, and anytime, anywhere media means for our future.** Boston: Bacon Press, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 3 set. 2021.

DE MIGUEL LUKEN, Veronica. **Percepción de la violencia de género en la adolescencia y la juventude: delegación del gobierno para la violencia de género.** Madrid: Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad. Centro de Publicaciones, 2015.

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren, F. **Data feminism.** [S. l.]: Mit Press, 2020.

DONOSO-VÁZQUEZ, Trinidad; RUBIO HURTADO, M. José; VILÀ BAÑOS, Ruth. La adolescencia ante la violencia de género 2.0: concepciones, conductas y experiencias. **Educación XX1**, Madrid, v. 21, n. 1, p. 109-133, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/706/70653466006.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

FRANCO, Yanna; BLANCO-RUIZ, Marian. Calidad editorial y

científica con perspectiva feminista: el caso de Comunicación y Género. In: JIMÉNEZ-YAÑEZ, C.; MANCINAS-CHÁVEZ, R. (coord.). **Escritura académica con perspectiva de género: propuestas desde la comunicación científica.** [S. l.], Universidad de Sevilla y de la Universidad Autónoma de Baja California, 2021.

GALTUNG, Johan. **Violencia cultural.** Bilbao: Gernika Gogoratuz, 2003. n. 14.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist Feminism in the Late Twentieth Century. In: HARAWAY, D. **Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature.** New York: Routledge, 1991. p. 149-181.

HASLANGER, Sally. El feminismo en la metafísica: gestionando lo natural. In: FRICKER, M.; HORNSBY, J. **Feminismo y filosofía: un compendio.** Barcelona: Idea Books, 2001.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado.** Pamplona: Editorial Katakarak Liburuak, 2017.

LINARES BAHILLO, Estíbaliz; ROYO PRIETO, Raquel; SILVESTRE CABRERA, María. El ciberacoso sexual y/o sexista contra las adolescentes: nuevas versiones online de la opresión patriarcal de las sexualidades y corporalidades femeninas. **Doxa Comunicación: revista interdisciplinar de estudios de comunicación y ciencias sociales,** [s. l.], n. 28, p. 201-222, 2019.

MANTILLA, Karla. **Gendertrolling: how misogyny went viral.** United States: Praeger, 2015.

MULVEY, Laura (1975). Visual pleasure and narrative cinema. **Screen,** [s. l.], v. 16, n. 3, p. 6-18, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/screen/16.3.6>. Acesso em: 3 set. 2021.

NARDI-RODRÍGUEZ, Ainara; PASTOR-MIRA, María-Ángeles; LÓPEZ-ROIG, Sofía; FERRER-PÉREZ, Victoria-Aurora. ¿Cuáles son las señales de alarma más representativas de la violencia de pareja contra las adolescentes? **Anales de Psicología,** [s. l.], v. 33, n. 2, p. 376-382, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/analesps.33.2.256971>. Acesso em: 3 set. 2021.

NOBLE, Safia. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism.** Nueva York: NYU Press, 2018.

NOGUEIRA, Conceição. Introdução à teoria da Interseccionalidade nos Estudos de Género. In: NEVES, S. **Género e Ciências Sociais**. Maia: ISMAI Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia, 2011. P. 67-78.

ONU MUJERES. Incorporación de la perspectiva de género. **ONU Mujeres**, 2021. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/how-we-work/un-system-coordination/gender-mainstreaming>. Acesso em: 13 maio 2021.

SAN SEGUNDO, Rosa. Cómo se abordan los estudios de género en las universidades: cultura universitaria y género. **Revista con la A**, [s. l.], n. 53, p. 1-5, 2017. Disponível em: <https://conlaa.com/como-se-abordan-los-estudios-de-genero-en-las-universidades/?output=pdf>. Acesso em: 3 maio 2021.

TARDÓN, Bárbara. **La violencia sexual**: desarrollos feministas, mitos y respuestas normativas globales. 2017. 312 f. Tese (Doutorado) - Instituto Universitario de Estudios de la Mujer, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autónoma de Madrid, 2017. <http://hdl.handle.net/10486/680682>

TOUPIN, Sophie. Decolonial and intersectional feminist afterthoughts. **EASST Review**, Maastricht, v. 37, n. 4, 2018. Disponível em: <https://easst.net/article/decolonial-and-intersectional-feminist-afterthoughts/#authors>. Acesso em: 25 abr. 2021.

VARELA, Nuria. **Cansadas**. Madrid: Penguin Random House, 2017.

WAJCMAN, Jud. **El tecnofeminismo**. Cátedra: Universitat de València, 2006.

WOLF, Naomi. **El mito de la belleza**. Barcelona: Salamandra, 1992.

ZAFRA, Remedios. Un cuarto propio conectado. Feminismo y creación desde la esfera público-privada online. **Asparkia**: Investigación feminista, [s. l.], n. 22, p. 115-129, 2011.

